

VI CONGRESSO PORTUGUÊS DE SOCIOLOGIA

MUNDOS SOCIAIS: SABERES E PRÁTICAS

UNIVERSIDADE NOVA DE LISBOA
FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS



25 A 28 DE JUNHO DE 2008

ÁREA TEMÁTICA: “Classes, Desigualdades e Políticas Públicas”

A contribuição da economia solidária para o desenvolvimento local em Cidade de Deus

SANTOS, Aline Mendonça

Mestre em Ciências Sociais Aplicadas; Doutoranda em Serviço Social

Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ) e Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra (UC)

nocams@gmail.com

LIMA, Carla Moura

Mestre em Ensino em Biociências e Saúde

Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz)

carlamourax@uol.com.br

Resumo

A Cidade de Deus (CDD) é uma comunidade/ favela da cidade do Rio de Janeiro/ Brasil que vive em situações precárias. Em 2002, o sucesso do filme “Cidade de Deus” colocou a comunidade na mídia, reforçando a imagem de comunidade violenta e perigosa. Uma nova onda de preconceito e discriminação se formou o que comprometeu a relação da comunidade com o restante da cidade e conseqüentemente com o mundo do trabalho. O lançamento do filme acabou estimulando um debate decisivo na comunidade. Lideranças e militantes sociais se reuniram para mostrar que na CDD não havia só violência e miséria. Para tanto, formou-se uma rede de instituições locais e moradores que configurou o Comitê Comunitário CDD caracterizando a necessidade e sentimento comum de construir um projeto de desenvolvimento local. A iniciativa do Comitê resultou no projeto Cidade de Deus e de Direitos que pauta a economia solidária como uma das prioridades. O trabalho aqui apresentado reflete sobre a contribuição da economia solidária para o desenvolvimento da CDD, bem como considera os avanços e dificuldades da comunidade que está vivenciando uma prática diferenciada e participativa.

Palavras-chave: Trabalho; Desenvolvimento Local; Economia Solidária; Solidariedade.

1 - Apresentação e contextualização do trabalho

O presente trabalho é resultado de um projeto multidisciplinar que envolveu pesquisa e intervenção em uma comunidade da região oeste do Rio de Janeiro/ Brasil chamada Cidade de Deus (CDD) e considerada favela pela sociedade em geral. Tratou-se de um projeto coordenado e executado por profissionais vinculados ao Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (IBASE) juntamente com moradores da Cidade de Deus e financiado pela Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP). A relevância do projeto intitulado “Cidade de Deus e de Direitos” está no fato de ter sido pensado e articulado por instituições comunitárias numa perspectiva de desenvolvimento local integrado, na qual estariam em diálogo os saberes popular, técnico e científico na gestão.

A CDD é o nome que foi dado a um conjunto habitacional construído nos anos 60 para abrigar moradores removidosⁱ de 23 favelas da cidade do Rio de Janeiro. A construção da Cidade de Deus obedecia à lógica governamental da época de construção de conjuntos habitacionais que afastassem a população residente em favelas das áreas elitizadas para regiões menos valorizadas.

Ao longo de seus 40 anos de existência, CDD têm passado por inúmeros problemas, desde a precariedade das habitações e da infra-estrutura urbana, distância dos centros de emprego e ocupação, até o alto índice de criminalidade envolvendo principalmente o comércio de drogas ilegais. A razão estrutural dessa situação é fundamentalmente a ausência do poder público, traduzindo-se, principalmente, na falta de creches e escolas, trabalho, lazer, cultura e informação, água e esgoto, moradias dignas, segurança pública, transporte público, atividades geradoras de renda, entre outras.

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Cidade de Deus teria uma população de 38.016 pessoas em 10.866 domicílios. São números do Censo Demográfico de 2000. No entanto, estes dados podem estar subestimados, uma vez que há comunidades internas (constituídas de barracos de papelão, plástico e madeira e outros abrigos improvisados) que, historicamente permanecem fora dos censos. Assim, estima-se que a população da comunidade hoje seja de aproximadamente 65 mil moradores.

As circunstâncias desfavoráveis da comunidade se refletem em muitas expressões da questão social e fazem efeito nas relações sociais e de trabalho dos moradoresⁱⁱ.

Em 2002, o sucesso do filme “Cidade de Deus” colocou a comunidade na mídia, reforçando a imagem de comunidade violenta e perigosa. Uma nova onda de preconceito e discriminação se formou o que comprometeu a relação da comunidade com o restante da cidade e consequentemente com o mundo do trabalho.

Os moradores de CDD procuraram resistir a toda essa situação. Como a vida comunitária de CDD sempre foi intensa, entidades assistenciais, igrejas e ONGs em geral organizaram iniciativas para diminuir as carências e melhorar as condições de vida na localidade. No entanto, como acontece em outras comunidades empobrecidas, todas essas ações aconteciam de forma dispersa e isolada. No intuito de articular diferentes iniciativas comunitárias surgiu o Comitê Comunitário da Cidade de Deus.

O Comitê Comunitário CDD foi criado em 2003. Neste ano, o lançamento do filme “Cidade de Deus” acabou estimulando um debate decisivo. Lideranças e militantes sociais se reuniram para mostrar que na Cidade de Deus não havia só violência e miséria. Depois da realização de dois fóruns de discussão, formou-se então uma rede de instituições locais e moradores. O Comitê Comunitário surgiu da necessidade e sentimento comum de construir um projeto de

desenvolvimento local. Um processo de transformação que pressupõe cooperação, autonomia, protagonismo, coordenação das ações, compartilhando valores, objetivos, responsabilidades, possibilidades e poder. Dessa forma, os componentes do Comitê promoveram debates que resultaram num Plano de Desenvolvimento Comunitário que pautou as prioridades da comunidade. Com este documento que o Comitê Comunitário CDD buscou parcerias, como FINEP e IBASE, para desenvolver um projeto de desenvolvimento local.

Assim, o “Projeto Cidade de Deus e de Direitos” configura a identificação de uma questão social latente em CDD e de uma oportunidade a ser aproveitada. Os participantes locais e externos mais diretamente envolvidos sinalizaram que o desenvolvimento da comunidade necessitaria de um novo arranjo institucional (que conjugasse participação comunitária, articulação institucional e capacidade executiva), vinculado à capacitação de seus membros para a gestão das organizações e para a participação qualificada em todo o processo de promoção do desenvolvimento local.

Com este fio condutor o projeto foi articulado no período de dezembro de 2005 à maio de 2007 com a perspectiva de consolidar uma rede de instituições locais, articuladas em torno do Comitê Comunitário CDD, capaz de promover continuamente um amplo conjunto de programas e políticas sociais voltadas para o desenvolvimento social, econômico, cultural e ambiental do bairro. Para tanto, o projeto foi pautado por seis objetivos: 1) *construção institucional*; 2) *capacitação de atores e organizações*; 3) *trabalho / Economia Solidária (ES)*; 4) *educação* (debates e proposições); 5) *sistema de comunicação* (interno e externo ao projeto) - 6 - *gestão do projeto* (IBASE, 2005).

O estudo aqui relatado diz respeito à execução das atividades referente ao objetivo 3 – “Trabalho e Economia Solidária”. Dessa forma, a partir daqui consideraremos dois momentos importantes deste trabalho: em um primeiro momento em que fazemos uma reflexão sobre a importância da economia solidária para o desenvolvimento local e um segundo momento onde referimos tal discussão a partir do caso CDD.

2 – Economia Solidária e Desenvolvimento Local: dois lados da mesma moeda

Em comunidades da periferia das cidades e empobrecidas como a CDD, são inúmeras as dificuldades de seus moradores no que tange à sua inserção no mercado de trabalho através da obtenção de empregos formais.

A precarização do trabalho é – sem dúvidas – a expressão da questão social mais evidente dos últimos tempos. Os processos oriundos da adesão de teorias neoliberais como reestruturação produtiva e globalização potencializam tal dinâmica que desloca milhares de trabalhadores para a margem do mercado de trabalho que se unem aos já historicamente “excluídos”ⁱⁱⁱ. Apesar de essa situação estar mais gritante e vigente nas últimas décadas, não é de hoje que trabalhadores se encontram em tal situação – índices de desempregos são necessários para a sobrevivência do sistema capitalista. Da mesma forma, historicamente os trabalhadores buscam alternativas de trabalho.

Neste contexto de mudança que se visualiza um forte movimento de novas formas de organização do trabalho e da produção, bem como importantes formas de trabalho coletivo, pois esta situação está levando vários grupos de trabalhadores a se unirem para assumir o controle da organização do seu trabalho e de processos produtivos. É expressivo o número de experiências coletivas de trabalho e de produção que se configuram em todo o Brasil. Trata-se de diversas formas de cooperativas de produção, de consumo, de crédito e de serviços, associações, fábricas recuperadas, bancos comunitários e várias organizações populares, que no geral compreendem o que esta se chamando de economia solidária. Esta tem sido a

resposta dos trabalhadores para evitar a perda do trabalho. Independentemente de tratar-se ou não de um paliativo a esta evidente questão social, de fato há uma manifestação dos trabalhadores em detrimento do processo capitalista que não pode ser ignorada.

Diante da crise capitalista, o surgimento destes empreendimentos evita o abastecimento do setor informal e precário com novos contingentes de trabalhadores que aí seriam lançados pelos problemas já apontados. Tal resistência dos trabalhadores, ameaçados pela condição de desempregados implica em alternativa imediata, desesperada de manutenção dos seus postos de trabalho. Pode-se indicar que tal processo significa uma resposta ao desemprego, constituindo-se numa forma de contra-tendência à crise do capitalismo.

A década de 1990 foi o período que mais privilegiou esses movimentos, quando se deu a proliferação de um número expressivo de trabalhadores fora do mercado formal e consequentemente de empreendimentos coletivos na forma de cooperativas. Até a década de 1990 esses empreendimentos eram estranhos aos trabalhadores, pois existiam muito poucas cooperativas desenvolvidas a partir da organização coletiva dos trabalhadores. Neste período, no entanto, as experiências de cooperativas alastraram-se por vários países da América Latina, projetando-se inicialmente - como já sinalizado anteriormente - como processo de luta alternativa para evitar os malogros do desemprego.

Tais experiências defrontam-se freqüentemente com uma série de obstáculos que se erguem no seu desenvolvimento no interior do capitalismo, na intersecção com as suas instituições e critérios de eficácia, pois se trata - a priori - de novas relações de trabalho diferentes daquelas estabelecidas pelos modelos de gestão capitalistas.

Numa comunidade empobrecida, conhecida como favela no Brasil, esses obstáculos são maiores, uma vez que não se trata de uma questão pontual, mas sim de uma série de questões oriundas de uma situação de precariedade que condiz não só a uma família ou a um grupo de trabalhadores, mas a maior parte dos moradores da comunidade. Trata-se de uma situação generalizada. A falta de trabalho em uma família reflete-se na falta de renda, de habitação, de educação, alimentação e outras carências que precisam ser supridas para a subsistência humana.

Assim, quando uma comunidade opta por uma dinâmica de economia solidária, em geral não está aderindo a tal perspectiva por se identificar com os ideais históricos do trabalho coletivo, mas por uma necessidade desesperada de inserção no mercado de trabalho. A mudança de representação dos trabalhadores ocorre após longa vivência da práxis da economia solidária e assim se percebe reflexos de mudança de comportamento (de uma situação individualista para uma situação coletiva, participativa e democrática) não só nas relações de trabalho, mas nas relações familiares e nas relações sociais da vida em comunidade (SANTOS, 2004).

2.1. Economia Solidária: breves formulações conceituais

Paul Singer, uma das referências no tema no Brasil, afirmou em alguns pronunciamentos que a economia solidária está ressurgindo, pois não se trata de uma simples herança do cooperativismo, mas uma revivência das lutas históricas dos trabalhadores. Trata-se de um movimento dos trabalhadores frente à crise generalizada no país, condicionada pela crise do capitalismo que abre espaço para novas formas de economia.

Por muito tempo, as diferentes formas de economia solidária (autogestão, associações...) permaneceram ocultas e, às vezes, ainda o são. No princípio, esses empreendimentos não apresentavam grande importância, depois foram despertando maior atenção. Assim argumenta Gaiger:

Nos anos de 1980, essas iniciativas tinham pequena visibilidade. (...) Naquela época, eram, muito mais, obra de entidades assistências ou filantrópicas. Aos poucos, esse campo vai ganhando visibilidade social e, agora, se pode falar também em visibilidade política. É quando vai surgir o conceito de Economia Solidária, junto com outros conceitos que procuram dar conta dessa realidade. (...) Nos anos de 1980, não se falava em economia solidária, mas em projetos comunitários; não se falava nem em experiência de geração de renda. Esse é um termo dos anos de 1990. (GAIGER, 2000, p. 168-169)

A partir dessa situação, a economia solidária conquistou o apreço da academia, que passou a direcionar estudos a fim de compreender o novo fenômeno. Foi então, que universidades, articuladas com outros setores envolvidos com a questão, instituíram denominações e conceituações sobre economia solidária, termo que ainda hoje apresenta dificuldades em ser definido.

São várias as concepções que tentam definir economia solidária, que muitas vezes é definida por outras terminologias como: socioeconomia solidária, economia popular e solidária, nova economia social, novo cooperativismo, entre outras, sendo que no Brasil observa-se o predomínio do termo economia solidária.

O adjetivo solidário na economia solidária é apresentado como nova racionalidade econômica (GAIGER, 2002). Tal adjetivo ainda é muito questionado, uma vez que alguns pensadores o remetem a uma dependência recíproca. Por outro lado, pode-se entender que o solidário recupera a igualdade como condição do exercício da liberdade, no sentido de que a realização da solidariedade implica a criação de condições históricas de igualdade. A plenitude da liberdade, neste sentido, não se dá pela livre iniciativa individual, mas na liberdade de iniciativa solidária, que deve levar em conta interesses individuais, passíveis de se tornarem coletivos.

A questão da solidariedade conduz a economia solidária a um ponto fundamental de seu desenvolvimento, pois (como já referido) a prática da economia solidária não se apresenta apenas como uma maneira de inserção na esfera do mercado regular, mas com a realização de um trabalho solidário, concreto, que interfere diretamente na vida do trabalhador, podendo estabelecer uma outra representação social. Esta representação se modifica na medida em que o trabalhador internaliza os resultados do seu próprio trabalho, descartando o caráter alienante da atividade produtiva e promovendo a solidariedade no processo de trabalho, o que possibilita a formação de um outro sujeito, que vivencia uma satisfação no trabalho.

Os empreendimentos econômicos solidários (EES) se diferem de uma empresa capitalista pela organização social da produção, pela relação estabelecida entre os associados e entre essas pessoas e o capital, ou seja, na economia solidária as pessoas trabalham juntas solidariamente e se apropriam de forma igualitária da sobre (lucro no capital) originada pelo trabalho coletivo. As decisões também são coletivas, a assembleia dos trabalhadores é soberana. Princípios éticos como cooperação, autogestão e solidariedade não se limitam a características das iniciativas de economia solidária, mas contribuem para avantajá-las frente à economia capitalista. Consolidar tais princípios depende de uma assimilação da nova práxis e da relação entre os processos econômicos e culturais.

Assim, a economia solidária tem desencadeado novos fatores sociais, econômicos, políticos e culturais, porém, nenhum desses fatores deve se sobrepor ao outro. A eficiência e efetividade dos EES dependem de um equilíbrio entre esses fatores engendrando mudanças qualitativas capazes de superar a racionalidade capitalista (GAIGER, 1998).

São muitas as dimensões alternativas da economia solidária. Além de ser apresentada como alternativa ao capitalismo, a economia solidária também é considerada alternativa ao trabalho alienado, à exploração do trabalho, à individualização do trabalhador, à submissão do

trabalhador etc. Trata-se de experiências que buscam adquirir peso econômico e social. A disseminação de uma outra economia, e assim, novas oportunidades de trabalho e de geração de renda.

Quando se utiliza a expressão "alternativa", logo ocorre um questionamento: alternativa a quê? Como vivemos numa época onde predomina a acomodação, a queda de regimes comunistas de Estado contribuiu para uma sensação generalizada de que não existem alternativas ao capitalismo, onde o índice de aceitação dessa situação parece ser o maior em toda a história do capitalismo (SANTOS, 2002).

Ora, o predomínio do capitalismo não determina a não ocorrência de variações no interior do mesmo. A economia solidária é baseada em princípios e valores não capitalistas e, portanto, pode possibilitar transformações qualitativas dentro do sistema vigente. Trata-se de mudanças graduais que compreendem formas de produzir, de consumir e de viver que dinamizam o espaço onde esses empreendimentos se realizam sendo capazes de potencializar um desenvolvimento local/ territorial.

A economia solidária pode representar novas possibilidades de organização da sociedade. Assim evidencia Sousa Santos:

*A realidade é um campo de possibilidades em que têm cabimento alternativas que foram marginalizadas ou que nem se quer foram tentadas (Santos, 2000:23). Neste sentido, a função das práticas e dos pensamentos emancipadores consiste em ampliar o espectro do possível através da experimentação e da reflexão acerca de alternativas que representem formas de sociedade mais justas. Ao apontar para além daquilo que existe, as referidas formas de pensamento e de prática põem em causa a separação entre realidade e utopia e formulam alternativas que são suficientemente utópicas para implicarem um desafio ao **status quo**, e suficientemente reais para não serem facilmente descartadas por serem inviáveis (SANTOS, 2002, p.25).*

São muitos os teóricos que contribuem para a discussão e investigação acerca da economia solidária no Brasil, conseqüentemente, são muitas as abordagens teóricas a respeito do tema^{iv}. A importância da economia solidária, como um contraponto à economia capitalista tem sido alvo de pesquisa de inúmeros intelectuais, muitos deles de extrema relevância para o aprofundamento do debate do tema em questão. No entanto, em virtude das limitações deste trabalho não podemos referir as diferentes formulações.

2.2. A economia solidária e o desenvolvimento local/territorial

O modelo hegemônico de desenvolvimento, entre outros aspectos, como afirma Celso Furtado, “se funda na idéia de que a lógica da acumulação, no nível dos sistemas de forças produtivas, deve prevalecer sobre o conjunto de fatores que conformam o processo social” (Furtado, 1998: 69-70).

A literatura tem apresentado o desenvolvimento local com uma série de adjetivos, como *integrado e sustentável, endógeno e desenvolvimento territorial sustentável*, por exemplo, que revelam uma busca conceitual de significado para o desenvolvimento ou alternativas ao desenvolvimento. O que torna evidente uma disputa entre distintas visões de mundo, interesses ou conflitos nas sociedades (JESUS, 2002; SILVA, 2005: 2) – gênero, raça, etnias, entre outras - e sobre a relação com a natureza.

Para efeito deste trabalho, compartilha-se da idéia de que “o desenvolvimento é um processo que causa ou promove mudança” (JESUS, 2002:74); que transforma as relações sociais, que há distribuição da riqueza e os sujeitos sociais presentes nos processos (...) “participam

efetivamente construindo ou se apropriando de meios para transformar a sua própria situação social e contribuindo para as mudanças socioeconômicas necessárias ao conjunto da sociedade” (Op. Cit.:18).

A economia solidária aponta para uma perspectiva de desenvolvimento local que não apenas se afasta, como se contrapõe à visão do desenvolvimento como mero crescimento econômico, no sentido de fazer crescer capacidades produtivas instaladas, secundado em um padrão de consumo perdulário e desperdiçador que implica em predação e depredação dos recursos naturais. Afasta-se igualmente de uma concepção de desenvolvimento local/regional, baseada em noções economicistas de “centros dinâmicos” ou “pólos econômicos”. Como argumenta Milton Santos, estas estratégias de “pólos” estabelecem, na verdade, uma relação predatória, de canibalização dos recursos locais, configurando uma estratificação entre circuitos sócio-econômicos superiores e inferiores.

Como estimulador da mobilização, integração e potencialização de recursos locais, a partir de processos cooperativos e compartilhados entre agentes diversos, voltados à satisfação de necessidades coletivas, a economia solidária tende a representar uma estratégia exemplar de desenvolvimento local/territorial em bases solidárias, pois atua na reorganização do tecido sócio-produtivo em proveito da própria comunidade.

Dessa forma, verifica-se que essas experiências se relacionam e promovem novas dinâmicas e transformações geradoras de emancipação social, liberdade, equidade, conhecimento, equilíbrio ambiental, bem-estar econômico e autodeterminação política, por exemplo. “Pressupõe-se que o objetivo do associativismo entre os pequenos produtores não é apenas organizar ações coletivas para comprar, vender, ter acesso a crédito e trabalhar/produzir, mas também criar entre os associados, formas de cooperação que perdurem no tempo e obtenham êxito econômico, político e social (ZAQUAL. 2003: 16).

Sem dúvida, a integração no território dessas atividades, favorecendo a apropriação e o controle de cadeias produtivas a partir de arranjos cooperativos, se apresenta como um grande desafio para as políticas voltadas ao desenvolvimento. Não se trata apenas de disponibilizar os fatores e incentivos produtivos, mas de induzir e fortalecer formas integradas e associativas de potencialização desses recursos no território (Pinto, 2005).

A análise da experiência de economia solidária na CDD se apóia na compreensão que o desenvolvimento local e ou territorial é um processo endógeno articulado e promovido pela participação cidadã dos atores sociais locais que, ao compreenderem e se apropriarem socialmente da realidade dos seus problemas, buscam compartilhar estratégias que transformem coletivamente as condições do presente.

Para efeito deste trabalho, considera-se também que o local ou o territorial está submetido a constrangimentos estruturais que o extrapolam e que, portanto, não podem ser superados somente por estratégias locais. De acordo com Silva (2005:15), “a atomização e o isolamento dos espaços locais e territoriais inviabilizam o seu desenvolvimento sustentável e solidário. As estratégias de desenvolvimento sustentável devem considerar os imbricamentos entre os espaços locais, territoriais, regionais e nacional”.

Embora isso seja verdade é importante ressaltar pelo menos dois elementos que lançam luz sobre este necessário imbricamento entre local, regional e nacional. De um lado, a própria construção de políticas estruturantes não deve e nem pode prescindir da vinculação com os espaços socialmente construídos, na perspectiva reconfigurá-los a favor de um desenvolvimento social e ambientalmente justo. Por outro lado, a concepção de território como espaço socialmente construído, utilizada aqui (nos termos de Milton Santos) se afasta de qualquer perspectiva localista, pois leva em conta diferentes formas de apropriação do espaço.

Considera-se aí como recortes territoriais os étnico-raciais, culturais, sócio-econômicos, de cadeias produtivas e de relações com determinados biomas etc.

3 – Economia Solidária na Cidade de Deus: o reconhecimento do trabalho coletivo

Na concepção do projeto “Cidade de Deus e de Direitos” existiu um destaque especial para a ligação entre desenvolvimento local e economia solidária. Não se trata apenas de uma forma de alternativa ao emprego informal e ao desemprego. Trata-se do estímulo à economia solidária como um processo amplo de cooperação, presente de forma generalizada pelo território local e se apresentando como um caminho verdadeiro e efetivo para a construção do desenvolvimento sob novas bases.

No contexto da CDD, tal alternativa pode ser fortalecida quando se considera que: 1) a questão do acesso ao trabalho digno vem sendo claramente apontada como um desafio prioritário pela comunidade; 2) identifica-se um potencial significativo, na comunidade, para a formação e organização dos trabalhadores sob formas cooperativas e autogestionárias, especialmente em ramos de serviços que tendem a ter aumento de demanda.

Essas questões foram confirmadas em um levantamento⁹ realizado no âmbito do Projeto “Cidade de Deus e de Direitos” na CDD onde ficou constatada a existência de uma cultura de solidariedade que vem resistindo ao longo dos 40 anos da comunidade. A solidariedade entre os moradores é vista como a única alternativa para a sobrevivência daqueles que estão em situação de maior vulnerabilidade social. Outra forma de solidariedade observada, foi a existente entre diversas instituições e grupos comunitários agregadas em torno de causas comuns como a geração de trabalho e renda e a luta por direitos como os dos deficientes, das mulheres e dos negros.

Apesar de iniciativas de pessoas e entidades isoladamente e de articulações entre instituições locais, existe uma percepção generalizada de que CDD está regredindo em seu desenvolvimento. As lideranças citam como exemplos o fechamento de supermercados e de muitas lojas, a diminuição da oferta de emprego na própria comunidade e imediações.

O desemprego foi apontado como a maior fonte de desorganização social, familiar e pessoal. Toda a família é afetada pela situação, mas as crianças sofrem em especial, pois a falta de condições para a sua sobrevivência prejudica o ingresso e/ou permanência na escola pública, como também na participação de projetos comunitários que por ventura possam contribuir para o seu desenvolvimento. Muitas dessas crianças são obrigadas a se deslocarem da comunidade diariamente para bairros de maior poder aquisitivo, perambulando pelas ruas na busca de obtenção de alimentos através de procedimento como pedido de esmolas, entre outros.

Outro fator veementemente ressaltado foi o despreparo da população para o mercado de trabalho. A oferta de vagas de educação básica na rede pública de ensino e a pouca oferta de cursos profissionalizantes para jovens e trabalhadores desempregados cria uma situação de vida profissional instável, onde a maioria de homens e mulheres vivem de pequenos e esporádicos serviços, conhecidos como “bicos”.

Mesmo para conseguir “bicos”, os moradores da CDD encontram dificuldades, pois a fama de lugar violento, imprimiu na população um estigma de que as pessoas de lá são ligadas a atividades ilícitas, portanto não são confiáveis. O preconceito contra os moradores de Cidade de Deus sempre existiu, mas a ocorrência de uma “guerra” interna em 1999 e o filme “Cidade de Deus”, contribuíram para que os moradores fossem mais estigmatizados.

Embora haja solidariedade em CDD, também ficou constatada um profundo sentimento de divisão. Os discursos dos sujeitos da pesquisa demonstraram uma divisão multifacetada ou múltiplas divisões em CDD. CDD é dividida pelo seu território, pois é cruzada por longas ruas, há diversos tipos de moradias agrupadas por estilo e proximidade como áreas onde só há apartamentos, outras casas e vilas e outras, apenas barracos. Outras divisões se dão por preferências político-partidárias e outras ainda por disputas entre lideranças comunitárias.

A estratificação da pobreza em CDD traduzindo-se em estratificação social, esta conscientemente enfatizada pelos moradores. Essa dificuldade em construção de identidade local pode ser um fator de descomprometimento da população com o desenvolvimento do local. O sentimento de não pertencimento a uma localidade pode desestimular o comprometimento com lutas pela sua melhoria.

Alguns sujeitos da pesquisa apontam o “atraso” da CDD e a perda de um caráter territorial destruído uma vez que novos laços culturais não chegaram a ser implantados, ou se o fizeram, foram através de conflitos com os “restos” de outras comunidades, o que dificultou que essa geração criasse um sentimento de pertencimento. De qualquer forma, as falas também apontam que a construção desse pertencimento está sendo formado pela geração de nascidos na CDD.

Quanto à perspectiva para EES em CDD, observa-se condições favoráveis pela existência de muitos moradores em situação de pobreza e miséria necessitando de alternativas para a sua sobrevivência, como também a existência de práticas solidárias relatadas durante o levantamento. Por outro lado, observa-se também a inexistência de uma visão de autogestão e trabalho coletivo na perspectiva da economia solidária. Para a maioria das pessoas, cooperativa é uma forma disfarçada de empresa capitalista. As poucas cooperativas conhecidas na comunidade possuem “patrão”, por exemplo, e os cooperados nem sequer entendem a função dos descontos mensais relativos a sua cota-parte e nem tampouco porque não possuem os mesmos direitos que outros trabalhadores de “carteira assinada”.

Além de alguns dos resultados citados acima, os participantes do levantamento sinalizaram com propostas para o crescimento do comércio local, a diminuição do preconceito contra os moradores de Cidade de Deus, e o aumento do acesso e da qualidade do ensino público (com a criação de um colégio de 2º Grau e de uma universidade pública na região).

Aproveitando o potencial solidário da comunidade e buscando difundir uma outra representação sobre a prática do trabalho coletivo o passo seguinte foi fazer trabalhadores e moradores tomarem contato com os princípios da economia solidária, como cooperativismo, autogestão, etc. Para isso, iniciou-se um ciclo específico de formação, que apontou também as oportunidades concretas ligadas às potencialidades identificadas. Tratou-se de um curso de 90 horas para uma turma de 40 alunos. O público-alvo constituiu-se fundamentalmente por trabalhadores da construção civil da CDD. Junto a eles, foi desenvolvida a idéia de formar um EES de construção civil a que se juntaram moradores e membros do Comitê Comunitário interessados na questão.

A formação aconteceu entre fevereiro e maio de 2007. Foram 4 módulos divididos em 27 encontros, além de visitas a EES do Rio de Janeiro. Cabe ressaltar que os palestrantes e colaboradores estavam entre os mais qualificados nomes da área. A formação em economia solidária foi extremamente bem sucedida e ao término do evento os trabalhadores/ moradores da comunidade apresentaram motivação suficiente para formar empreendimentos de economia solidária em CDD.

Esta situação implicou em apoiar o planejamento, a construção e a legalização de empreendimento econômico associativo e autogestionário na CDD que, foi sem dúvida o mais

desafiador dos trabalhos que realizou-se na comunidade. Paralelamente a formação em economia solidária os trabalhadores da construção civil reuniam-se semanalmente para planejar o empreendimento que pretendiam constituir. Foram oito meses de reuniões de planejamento. Os trabalhadores aproveitaram o término da formação para realizar a assembléia de fundação da cooperativa que se chamou a Cooperativa de Trabalho Forte da Cidade de Deus (COOPFORTE CDD). Trata-se de um empreendimento de construção civil baseado nos preceitos da economia solidária. O primeiro contrato de trabalho da cooperativa foi negociado com uma empreiteira que está construindo 618 casas na área chamada Rocinha 2 em CDD.

A COOPFORTE CDD constitui-se num significativo espaço de luta de alguns trabalhadores da CDD que buscam garantir renda para suas famílias, potencializar o desenvolvimento de sua comunidade e assim desmistificarem os “rótulos” negativos dados para a comunidade. O próprio nome adotado pela cooperativa demonstra que o fato de estarem localizados numa das áreas mais carentes do Rio de Janeiro não os afastou de divulgar sua identidade local. Uma ação concreta de resgate da auto-estima da comunidade.

Os meses de capacitação em economia solidária e de discussão sobre a organização da cooperativa foram de suma importância, os trabalhadores apresentam um amadurecimento a respeito do processo em que estão se envolvendo e, portanto os mesmo têm clareza de suas responsabilidades não só com o empreendimento, mas também com o desenvolvimento da comunidade.

A pratica da economia solidária promove melhores relações entre os trabalhadores e com o que está fora do EES, a vivência no grupo os tornou pessoas capazes de conduzir um empreendimento com responsabilidade e compromisso com o que os cerca. A valorização da “ajuda mútua” corresponde a uma perspectiva de que com união, somando forças, ajudando a solucionar problemas há de se alcançar resultados melhores no desenvolvimento do EES e conseqüentemente da comunidade. Dessa forma, vivenciar e descobrir a experiência da economia solidária é importante para o processo de desenvolvimento local/regional.

4 - Considerações Finais

Embora não se trate de dar um caráter conclusivo às questões aqui abordadas, mesmo porque não é essa a intenção do trabalho, algumas observações derivadas deste processo merecem ser enunciadas.

A CDD é uma comunidade que ao longo da história acumula problemas e dificuldades, mas o esforço dos diferentes atores da comunidade permite compreender a CDD como um significativo espaço de mudança. São várias as potencialidades que se destacam para o desenvolvimento da CDD. O fato da comunidade, através do Comitê Comunitário CDD, privilegiar a economia solidária como uma das prioridades a desenvolver localmente aponta para possíveis potencialidades em geração de trabalho e renda e de participação política comunitária.

A prática da economia solidária possibilita um envolvimento maior dos trabalhadores com o processo de trabalho e isso estimula um trabalhador sujeito, ativo e cidadão. Vivenciar a nova relação de trabalho e consolidar uma outra cultura induz a um sujeito disposto a construir uma outra sociedade, pois o indivíduo leva consigo, para fora do EES, princípios de igualdade e participação. Na CDD é vigente o entusiasmo e esforço dos trabalhadores envolvidos com a economia solidária em transformar a vida da comunidade.

Dessa forma, pode-se dizer que a mudança de comportamento dos trabalhadores no EES contribui para o desenvolvimento de outras elaborações, que se estendem para além do universo da cooperativa. Essa questão remete às elaborações teóricas da economia solidária, que afirmam que os valores vividos dentro dos EES tendem a transbordar para outros espaços, favorecendo uma sociedade democrática, justa e solidária (SINGER, 2000).

Diante da experiência na CDD é possível dizer que, para os trabalhadores, a economia solidária é uma alternativa viável ao processo de “exclusão social”. São muitas as dificuldades para consolidar tal alternativa, mas pelo que vimos, se as pessoas acreditarem e persistirem, podem construir uma relação de trabalho diferenciada, capaz de promover práticas participativas e democráticas.

Mesmo com as dificuldades, a economia solidária se sustenta, pois as fragilidades técnicas e financeiras não obscurecem o elemento político e solidário da mesma. O elemento político e a constituição de um ambiente participativo e democrático são fatores decisivos para que a economia solidária seja sustentada e configurada como alternativa de geração de trabalho e renda e alternativa para o trabalhador viver outra relação de trabalho, que impede a acumulação de capital e promove desenvolvimento local/ regional.

O atual estágio da economia solidária na CDD ainda é incipiente, trata-se de um processo que possui uma visibilidade muito recente, para se afirmar que houve uma mudança efetiva na cultura do trabalho. Muito ainda deve ser feito, como fortalecer espaços de interação entre os trabalhadores, promover formações que possibilitem maior conhecimento sobre os processos que estão ocorrendo e abordar a economia solidária como uma alternativa de fato.

Pode-se dizer que mudanças acontecem a partir da prática de economia solidária, não com a intensidade que se poderia esperar, mas constituindo um processo cauteloso, equilibrando a dinâmica de interação entre os trabalhadores, o desenvolvimento do EES e o desenvolvimento da comunidade. As mudanças ocorridas promovem melhores relações de trabalho. A partir delas, os trabalhadores estão mais envolvidos e comprometidos com o contexto em que estão inseridos. Como dito anteriormente, ainda é muito cedo para afirmar uma mudança na cultura do trabalho, pois embora algumas mudanças, elas ainda não fornecem elementos suficientes para a consolidação de uma outra cultura, que estimule não somente novas relações de trabalho, mas também relações sociais e econômicas.

Que a economia solidária contribui para o desenvolvimento local/ regional não há dúvidas, mas é prematuro afirmar que CDD vivencia tal experiência. O que se tem em CDD é um grupo de 30/ 40 trabalhadores envolvidos com EES e comprometidos com o desenvolvimento da comunidade. Embora esses trabalhadores façam um esforço para difundir as práticas coletivas e democráticas, esse esforço é insuficiente para caracterizar uma mudança cultural. Afinal, como dizia Gramsci, a cultura é uma situação que vai além das condições individuais:

Criar uma nova cultura não significa apenas fazer individualmente descobertas “originais”; significa também e, sobretudo, difundir criticamente verdades já descobertas, “socializa-las” por assim dizer; transformá-las portanto, em base de ações vitais, em elemento de coordenação e de ordem intelectual e moral. (apud TIRIBA, 2000, p. 238).

Manter viva a utopia dessa nova cultura a partir de práticas associativas e participativas é um dos grandes desafios da economia solidária, que deverá continuar a ser perseguido por todos aqueles que acreditam na possibilidade de uma outra economia e, conseqüentemente, numa outra comunidade e sociedade.

5 – Referências

- CATTANI, Antonio David (org.) (2003), A outra economia, Porto Alegre, Veraz.
- GAIGER, Luiz Inácio (1998), “A solidariedade como alternativa econômica para os pobres”, Revista Contexto e Educação, Ijuí, nº. 50, pp. 47-71.
- GAIGER, Luiz Inácio (2000), «A economia dos setores populares», em KRAYCHETE, Francisco (org.), Economia dos setores populares: entre a realidade e a utopia, Rio de Janeiro, Vozes.
- GAIGER, Luiz Inácio (2002), A economia solidária diante do modo de produção capitalista, Protocolo disponível em: [http:// www.ecosol.org.br](http://www.ecosol.org.br), [Data de acesso: maio de 2002].
- FURTADO, Celso (1998), O capitalismo global, São Paulo, Paz e Terra.
- IBASE (2005), Projeto Cidade de Deus e de Direitos, Rio de Janeiro, IBASE.
- JESUS, Paulo de (2002), «Desenvolvimento local», em CATTANI, Antonio David (Org.), A outra economia, Porto Alegre, Veraz Editores.
- PINTO, João Roberto (2005), Um ministério para a outra economia, Jornal do Brasil.
- MARTINS, José de Souza (2004), “Para compreender e temer a exclusão social”, Revista Vida Pastoral, São Paulo, nº 239, Editora Paulus.
- SANTOS, Boaventura de Sousa (2002), Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.
- SANTOS, Aline Mendonça dos (2004), Vivendo e pensando o diferente : representações sociais dos trabalhadores nos empreendimentos de economia solidária, São Leopoldo, Unisinos.
- SATO, Karin, Dia do comércio justo: economia solidária gera R\$ 8 bilhões por ano. Protocolo disponível em: <http://web.infomoney.com.br/templates/news/view.asp?codigo=1114933&path=/seunegocio/rh/>, [Data de acesso: outubro de 2007].
- SILVA, Roberto Marinho (2005), Dilemas e perspectivas da construção local e territorial do desenvolvimento sustentável e solidário, Brasília, Mimeo.
- SINGER, Paul; SOUZA, André (orgs.) (2000), A economia solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego, São Paulo, Contexto.
- TIRIBA, Lia (2001), Economia popular e cultura do trabalho: pedagogia (s) da produção associada, Ijuí, Unijuí.
- ZAOUAL, Hassan (2003), Globalização e diversidade cultural, São Paulo.

- ⁱ Remoção é uma ação governamental onde os moradores são obrigados a saírem das suas moradias, que são destruídas, e levados para outra localidade com infra-estrutura precária, tornando a situação destas por vezes muito mais difícil que antes.
- ⁱⁱ A renda dos moradores de CDD é bastante precária. A média salarial da cidade é de cerca de 4 salários mínimos ou algo em torno de R\$ 600,00 por pessoa. Mas, na CDD essa média cai para R\$ 207,56 (aproximadamente 75 euros).
- ⁱⁱⁱ O termo “excluído” encontra-se entre aspas, pois segundo alguns autores a exclusão no sistema capitalista não ocorre e sim uma inclusão perversa (Martins, 2004)
- ^{iv} O livro “A outra economia”, organizado por Cattani, ilustra essa variedade de posturas teóricas sobre a economia solidária.
- ^v Tratou-se por um levantamento qualitativo a partir de 4 grupos com representantes de instituições e/ou lideranças comunitárias das cinco regiões da comunidade. A pesquisa permitiu ter uma idéia básica das potencialidades de economia solidária em CDD.